



DIREITOS CIVIS

Reforço na homofobia

Câmara baixa do Parlamento da Rússia aprova projeto de lei que proíbe a "propaganda gay" em livros, filmes, na internet e na publicidade. Ativista LGBTQIA+ denuncia estratégia para afastar o país dos valores ocidentais e isolar pessoas "desagradáveis"

» RODRIGO CRAVEIRO

Ser LGBTQIA+ em um país que cada vez mais se torna conservador é um fardo. Agora, a Rússia intensificou a campanha homofóbica, depois que a Duma Federal (a câmara baixa do Parlamento) aprovou, por unanimidade, emendas a uma legislação para punir "propagandas" que promovam "relações sexuais não tradicionais". Ficam proibidas quaisquer menções à homossexualidade nos filmes, nos livros, na internet e na publicidade. De acordo com a agência de notícias estatal russa Itar Tass, a medida também impactará "uma compreensão distorcida da igualdade social das relações sexuais tradicionais e não tradicionais". Caso as violações não tenham componente criminal, os transgressores ficarão passíveis de multas entre 50 mil rublos (cerca de R\$ 4,5 mil) para indivíduos e 1 milhão de rublos (ou R\$ 87,7 mil) para pessoas jurídicas.

As multas previstas para a internet e veículos de mídia serão ainda mais pesadas: de 100 mil rublos a 4 milhões de rublos, com suspensão das operações de entidades jurídicas. O texto também punirá estrangeiros acusados de disseminar propagandas LGBTQIA+ entre adultos ou crianças. Nesses casos, o infrator poderá ficar até 15 dias preso.

"Qualquer propaganda de relações sexuais não tradicionais terá consequências", avisou Vyacheslav Volodyn, o presidente da Duma, em seu perfil no aplicativo de mensagens Telegram. O parlamentar garantiu que a legislação "protegerá as crianças" russas e o futuro do país "da escuridão espalhada pelos Estados Unidos e por países europeus". "Nós temos nossas próprias tradições e valores", acrescentou. Para entrar em vigor, a lei precisará ser aprovada pela câmara alta do Parlamento e sancionada pelo presidente russo, Vladimir Putin. No entanto, especialistas consideram esses passos uma mera formalidade. A legislação também proíbe "a propaganda de pedofilia e mudança de sexo".

Segundo o site da Duma, a nova legislação criminalizará "a venda de mercadorias, inclusive estrangeiras, que contenham informações proibidas" — ou menções a assuntos LGBTQIA+. A agência de notícias France-Presse afirmou que as produtoras de filmes russos e as editoras de livros temem que o projeto de lei resulte na proibição de clássicos como *Lolita*, de Vladimir Nabokov. A Duma disse que "filmes que promovem tais relações não receberão certificado de distribuição".

Alexander Nemenov/AFP



Uma drag queen se apresenta em pub de Moscou: decisão da Duma Federal também pode colocar em perigo formas de expressão artística

Ao longo dos últimos anos, Putin tem se afastado dos valores liberais ocidentais. A retórica xenofóbica ficou ainda mais evidenciada com a invasão russa à Ucrânia, em 24 de fevereiro passado. A campanha militar na ex-república soviética isolou Moscou e estimulou uma campanha repressiva sem precedentes.

Punição

"As leis adotadas pela Duma Federal são mais uma punição para todos aqueles considerados 'desagradáveis para as autoridades'. Assim como a lei sobre agentes estrangeiros, presumivelmente, ela pode ser usada para punir a 'oposição'", afirmou ao **Correio**, por e-mail, Noel Shaida, chefe de comunicação da Esfera — fundação criada em 2011 para a defesa da comunidade LGBTQIA+ na Rússia. Noel prefere que seu nome seja associado à terceira pessoa do plural, por se encaixar no termo *queer* (indivíduos que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros binário e não binário).

De acordo com Noel, ser LGBTQIA+ na Rússia significa estar com

Maxim Shemetov/AFP



Intolerantes com os gays pisam a bandeira do arco-íris, em protesto

medo constante e sempre se escondendo. "No geral, nem é necessário ser LGBTQIA+ em Moscou ou em São Petersburgo. Você pode ser condenado até pela cor de seu cabelo, por exemplo. Na minha pequena cidade, Syktyvkar, com menos de 200 mil habitantes, um dia, um homem atropelou-me com um ônibus porque pensou eu era um 'viado'. Isso foi o que ele disse. Ninguém fez nada. Embora eu também não tenha feito nada, porque preferi não enfrentar a polícia."

Ainda segundo Noel, a pior coisa, na Rússia, é não poder expressar a afeição pelo parceiro. "Descobriu-se que isso não pode ser feito nem em casa: recentemente, na Rússia, foram detidos rapazes após serem vistos da janela do próprio apartamento", disse. "Agora, nós enfrentaremos um estado de declínio mental das pessoas LGBTQIA+, pois é terrível viver e se sentir estranho e supérfluo em todos os lugares", afirmaram.

Lilia Shevtsova, chefe do Programa de Política Doméstica Russa do

Carnegie Endowment for International Peace (em Moscou), admitiu que a retórica anti-LGBTQIA+ e a legislação que proíbe sua propaganda são parte da "revolução" antiliberal e ultraconservadora que ocorre na Rússia. "A elite dirigente, que tenta encontrar novas formas de legitimidade e de fortalecimento de seu controle do Estado, está retornando às velhas tradições e às emoções do passado. O elemento dessa 'revolução' é a busca de um inimigo e a inimizade daqueles que lhe pareçam estranhos e diferentes", comentou ao **Correio**.

Por meio de um comunicado à imprensa, a União Europeia lamentou essas "medidas repressivas" e advertiu que elas "alimentarão a homofobia e reforçarão a repressão severa de qualquer discurso crítico e alternativo na Rússia. Na avaliação de Kenneth Roth, ex-diretor-executivo da organização não governamental Human Rights Watch (HRW), à medida em que sua popularidade despenca por conta da invasão à Ucrânia, Putin recorre à estratégia atual para reunir a própria base conservadora. "Ele ataca a comunidade LGBTQIA+ com um novo projeto de lei que criminalizará quaisquer esforços para retratar

Duas perguntas para...

Arquivo pessoal



Noel Shaida, chefe de comunicações da Esfera, fundação criada em 2011 para

a defesa da comunidade LGBTQIA+ na Rússia

Por que a comunidade LGBTQIA+ russa sofre tanto preconceito e ódio?

As leis aprovadas hoje (ontem) se encaixam perfeitamente no contexto da guerra. O governo russo tenta, diligentemente, se livrar de tudo supostamente estrangeiro, ocidental, "não convencional". O Estado tenta manter a ideia nacional, que certamente está conectada à ortodoxia. É claro, o Estado precisa mostrar que nós temos nosso próprio caminho, que somos diferentes, e que nossas crianças não sofrerão o destino de ter um "pai 1" e um "pai 2". Mas, do ponto de vista racional, eu não consigo explicar isso. É por isso que estamos retrocedendo, em contraste com os anos 2000.

Depois da aprovação da lei que bane a propaganda LGBTQIA+, o que esperam em relação à homofobia?

Presumo que o crescimento do ódio em relação às pessoas LGBTQIA+ na Rússia seja possível, já que a mídia (Estado) divulgará tal pauta. Mas, as consequências não serão apenas para as pessoas LGBTQIA+. Essas leis levarão a uma redução na quantidade de conteúdo que, de alguma forma, afetam os problemas modernos das pessoas queer. Agora, não há meios de usar o Netflix, por exemplo. Mesmo nas plataformas russas, o conteúdo sumirá. Na discussão dos projetos de lei em setembro, um dos deputados citou a série *Peppa Pig* como exemplo de propaganda. Então, literalmente, tudo pode ser banido. (RC)

as pessoas gays como 'normais', afirmou, por e-mail, ao **Correio**. "É um esforço desesperado para mudar de tema, por parte de um homem incapaz de admitir que a invasão à Ucrânia foi um erro enorme e que sua estratégia foi um flagrante crime de guerra."

França a caminho de incluir aborto na Constituição

Os deputados franceses aprovaram, ontem, a inclusão do aborto como um direito previsto em Constituição. Por 337 votos a favor e 32 contra, a Assembleia Nacional (Câmara baixa) avaliou a proposta de lei promovida pela esquerda, que agora precisa da aprovação do Senado e dos franceses, em referendo, para entrar em vigor. "Quero dedicar essa vitória histórica (...) às mulheres dos Estados Unidos, às mulheres da Polônia, às mulheres da Hungria cujo direito ao aborto está sendo restringido", declarou a deputada esquerdista Mathilde Panot, relatora do projeto de lei. "Hoje a França fala ao mundo", celebrou. O premiê húngaro, Viktor Orbán, obriga as mulheres que desejarem abortar a escutar os batimentos cardíacos do feto, antes da intervenção.

Panot apelou ao governo do presidente Emmanuel Macron para que apresente um projeto de lei próprio — iniciativa capaz de agilizar os trâmites e evitar um

Procedimento legal há quatro décadas

O aborto foi descriminalizado na França, em 1975, por uma lei promovida por Simone Veil, ícone da emancipação feminina e sobrevivente do Holocausto. A última modificação foi em março passado para estender o prazo de direito ao aborto para 14 semanas de gravidez.

referendo. A decisão da Assembleia Nacional foi estimulada pelo fato de a Suprema Corte dos EUA ter anulado a sentença "Roe v. Wade", de 1973, retira de milhões de americanas a prerrogativa de escolherem pelo aborto. "Nenhuma democracia, mesmo a maior de todas, está a salvo de um retrocesso", alertou o ministro da Justiça, Éric Dupond-Moretti.

O partido A França Insubmissa (LFI, de esquerda radical) rejeitou o projeto de lei e tentou

Geoffroy Van der Hasselt/AFP



Membros do partido A França Insubmissa celebram diante da Assembleia

contemplar na Carta Magna o direito à contracepção, mas abriu mão desse ponto em troca de um consenso. Dupond-Moretti avaliou que, com a redação inicial, a proposta tinha poucas chances de prosperar e, por isso, pediu que os políticos se concentrassem no tema do aborto.

Por telefone, Christophe Foltzenlogel, porta-voz do Centro

Europeu para Lei e Justiça, em Estrasburgo (França), afirmou ao **Correio** que esta foi "uma decisão muito triste" da França. "É difícil entender a medida, que considera o assassinato de nascituros como algo bom ou que deve estar previsto na Constituição. Algo que se iguale à proteção da vida. O texto seguirá ao Senado, agora que foi adotado pela

Assembleia Nacional, e precisará ser adotado pela Casa com a mesma redação", explicou. "Depois, retornará à Assembleia Nacional e será apreciado por um comitê. Então, um referendo transformará o texto em lei constitucional."

Foltzenlogel acredita que o destino do projeto de lei em sua passagem pelo Senado ainda é incerto. "Houve um texto similar rejeitado poucos dias atrás. No entanto, o contexto mudou rapidamente no país. É possível que os senadores aprovem o mesmo projeto de lei", disse. O especialista adverte que a introdução do aborto como direito constituição mostra-se questionável mesmo quando se é favorável à interrupção da gestação. "É preciso colocar na balança o direito à vida, o direito à objeção de consciência médica e o direito à não submeter alguém à tortura. Do ponto de vista legal, é difícil alegar que uma mulher tem direito sobre a vida e a morte." (RC)

Eu acho...

Twitter



"A introdução do direito ao aborto na Constituição francesa é algo sem interesse jurídico ou direto. O aborto é considerado legal na França, e não há partidos políticos que buscam prevenir ou proibir a interrupção da gravidez. Legal e tecnicamente, mesmo que o texto seja adotado pela Assembleia Nacional, não trará quaisquer mudanças para o povo francês. O que acontecerá é que ele ampliará a pressão sobre médicos invocarem a objeção de consciência ante o aborto. O texto busca impor acesso igualitário ao procedimento, por qualquer motivo e a qualquer momento."

Christophe Foltzenlogel, porta-voz do Centro Europeu para Lei e Justiça, em Estrasburgo (França)